

CONTRATO DE CONCESSÃO DA RTP

STT DEFENDE UMA EMPRESA DE SERVIÇO PÚBLICO COM FUTURO E QUE RESPEITE E VALORIZE OS SEUS PROFISSIONAIS

O STT tem acompanhado com preocupação o novo Contrato de Concessão da RTP, que está em consulta pública até final deste mês, sem alaridos estéreis e inconsequentes.

O STT tem acompanhado o processo, em conjunto com a CGTP e o seu representante no Conselho de Opinião, exigindo um Serviço Público de Rádio e Televisão moderno e de qualidade, que defenda a língua portuguesa, para todos os portugueses que vivam em Portugal Continental ou nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, sem esquecer os nossos conterrâneos da Diáspora e que seja uma referência nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e nas comunidades Afrodescendentes, também através da RTP Africa e da RTP Internacional.

O STT defende um Serviço Público de Rádio e Televisão com meios financeiros e tecnológicos necessários e adequados para desenvolver a sua “missão” de forma independente, sem interferências políticas e negócios de compadrio, valorizando e motivando os Trabalhadores, garantido trabalho digno e com direitos.

O STT transmite publicamente a sua preocupação, com a orientação plasmada no texto em discussão pública, que prevê a criação de novos serviços sem reforço financeiro do OE e, simultaneamente, o fim da publicidade em todos os canais, com exceção da RTP1, a partir de 2024, nomeadamente no *on-line*, na RTP Madeira e na RTP Açores, já tão depauperadas, bem como sem qualquer verba adicional para a modernização tecnológica tão premente e necessária.

Refira-se que, inclusive, o Parlamento Regional do Açores, no passado dia 21 de Maio, aprovou por unanimidade uma recomendação que defende a continuidade de publicidade na **RTP Açores** assumindo que a intenção de acabar com a publicidade nos canais regionais choca com a especificidade social e económica das regiões autónomas.

“A impossibilidade de inserção de publicidade comercial nas emissões da RTP/Açores será um grande revés para a consolidação de um verdadeiro mercado regional e para o desejado crescimento das nossas empresas”

Pelo exposto, para o STT as orientações incluídas no novo Contrato de Concessão do Serviço Público de Rádio e de Televisão, não podem, nem devem levar a RTP para o abismo, consequência inevitável se os recursos atribuídos forem insuficientes quando pretendem aumentar a despesa com mais responsabilidade da RTP com TDT (1,9 milhões

por ano e por canal) e pretendem investir no apoio à produção independente e nos programas infanto-juvenis e de conhecimento.

POR ISSO, O CONTRATO DE CONCESSÃO AGORA EM CONSULTA PÚBLICA TEM QUE TER AS ALTERAÇÕES ADEQUADAS QUE:

- Garantam o financiamento necessário a um Serviço Público de Rádio e de Televisão isento, moderno, credível, inclusivo e que continue a ser a referência em Portugal na informação e do entretenimento;
- Exijam os meios financeiros necessários à valorização e motivação dos trabalhadores, à integração dos trabalhadores com vínculos precários nos quadros da RTP e à valorização das carreiras e dos salários;
- Acautelem e garantam que a RTP tenha futuro.

Por um Contrato de Concessão que melhore a RTP e garanta o futuro da Empresa e dos seus postos de trabalho, o STT vai continuar a pedir reuniões institucionais que ajudem a levar “este grandioso e insubstituível barco, chamado RTP, a bom porto” porque o futuro não termina no dia 31 de Maio.

SINDICALIZA-TE NO STT!

STT, 86 ANOS DE INTERVENÇÃO, UNIDADE E TRABALHO

27.05.2021

A DIRECÇÃO DO STT